



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO | | | |
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 0426/17 | DATA: 09/05/2017 | |
| LOCAL: Plenário 9 das Comissões | INÍCIO: 15h46min | TÉRMINO: 17h35min | PÁGINAS: 38 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALEXANDRE ALELUIA - Vereador da cidade de Salvador, Estado da Bahia, e bacharel em Direito.
FERNANDO HOLIDAY - Vereador da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; aluno do Instituto de Direito Público de São Paulo — IDP-SP; e Coordenador Nacional do Movimento Brasil Livre — MBL.

SUMÁRIO

Debate sobre o Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, que “*altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*”, para inclusão, entre os princípios do ensino, do respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Boa tarde a todos.

Nos termos regimentais, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e seus apensados.

Expediente.

Deixo de ler as alterações referentes aos membros da Comissão por estarem publicadas na página da Comissão e esclareço que esta reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 50 do Regimento Interno e à deliberação de requerimentos.

Consulto ao Plenário se podemos iniciar a audiência pública e, alcançado o quórum de deliberação, suspendê-la para proceder à apreciação dos requerimentos. Eu indago isso ao Plenário, nos termos do que nós já temos feito nas reuniões anteriores. *(Pausa.)*

Não havendo qualquer divergência manifesta, fica assim acordado.

Dando início à audiência pública, convido a tomar assento à mesa o Sr. Alexandre Aleluia, Vereador na cidade de Salvador, na Bahia, e Bacharel em Direito. Convido também o Sr. Fernando Holiday, Vereador na cidade de São Paulo, aluno do Instituto de Direito Público de São Paulo e Coordenador Nacional do Movimento Brasil Livre — MBL.

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada convidado disporá de até 20 minutos para sua exposição; durante suas falas, os convidados não poderão ser aparteados e deverão limitar-se ao tema em debate.

Findas as apresentações, concederei a palavra primeiramente ao Relator, Deputado Flavinho, e, em seguida, aos Deputados inscritos para o debate. A palavra aos Líderes, para Comunicação de Liderança, será concedida após a fala dos convidados, na ordem em que solicitarem.

Atendendo ao disposto no § 1º do art. 66 do Regimento Interno, os Líderes não poderão interpelar os convidados se estiverem usando o tempo de Comunicação de Liderança. Ao interpelar os convidados, os Parlamentares só



poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os convidados o mesmo tempo para a resposta.

Por último, concederei a palavra aos Deputados não membros que estiverem inscritos para o debate.

Quero convidar o Deputado Pastor Eurico para assumir a Presidência. Eu estou com uma relatoria no início da sessão da CCJ, vou fazer a relatoria lá e retorno a esta Comissão para acompanhar os trabalhos aqui, sobretudo as contribuições valiosas que os nossos convidados darão a esta Comissão.

Desde já, esta Presidência agradece a presença aqui neste Parlamento, nesta Comissão da Escola Sem Partido.

Eu reitero o que sempre tenho dito aqui, que nós, sempre que convidamos para participar das audiências públicas, temos o cuidado de convidar também aqueles que são contrários. Convidamos dois a favor do projeto e dois contra. Infelizmente, muitos daqueles que tiveram seus nomes aprovados para aqui comparecerem e trazerem suas contribuições têm declinado do convite e outros têm alegado compromissos que os impedem de estar nesta Casa.

Comunico à Comissão também que na última sexta-feira nós tivemos uma audiência pública na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. Lá estivemos este Parlamentar; o Deputado Flavinho, como Relator; o Deputado Paulo Freire, que foi o proponente da audiência pública; e o Deputado Eduardo Bolsonaro. Foi uma audiência muito proveitosa, não só com a participação dos Parlamentares e convidados, mas também com uma participação muito expressiva da sociedade de Campinas.

Eu confesso que fiquei extremamente honrado com a participação das pessoas e, sobretudo, com o nível de interação que tiveram, com posições favoráveis ao Projeto Escola Sem Partido e com posições também contrárias ao projeto.

Acho que isso é realmente o que engrandece o trabalho desta Comissão, de sorte que quero fazer esse registro aqui.

O Deputado Pastor Eurico assumirá a condução dos trabalhos e, tão logo conclua lá na CCJ, retornarei aqui.

Obrigado a todos pela presença.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Boa tarde a todos e a todas.

Dando sequência a esta audiência, passamos a palavra ao Vereador Alexandre Aleluia, que disporá de até 20 minutos para sua fala.

O SR. ALEXANDRE ALELUIA - Boa tarde a todos. Primeiro eu agradeço muito a V.Exas. a oportunidade de estar aqui nesta Comissão, agradeço ao Deputado Marcos Rogério, que infelizmente teve que sair.

Quero saudar os Deputados Pastor Eurico e Flavinho e o Vereador Fernando Holiday, de São Paulo, que irá expor comigo.

Nobres Deputados, antes de entrar no assunto do movimento Escola Sem Partido, quero fazer uma contextualização histórica da mudança do ensino no mundo, do que aconteceu no mundo, e depois no Brasil, para podemos falar sobre o Escola Sem Partido, até para não termos o caso brasileiro como um caso isolado. Não é um caso isolado, realmente é uma mudança que vem ocorrendo em vários países, com vários pensadores. Cada um tem o seu, mas o objetivo tem sido o mesmo.

Primeiro, para entrarmos nesse contexto histórico, é bom sabermos o que aconteceu com a Esquerda, o que a Esquerda tentou fazer ao longo das décadas. Antes a Esquerda se pautava numa revolução armada, na luta armada, e, aos poucos, foi passando para outras estratégias, estratégias mais aceitáveis diante do mundo novo com a difusão de informações, que é a revolução cultural.

É lógico que a revolução cultural inclui muito fortemente uma revolução também psicopedagógica. Foi isso o que aconteceu ao longo das décadas, e no Brasil não foi diferente. Os pensadores que mais simbolizam essa mudança de estratégia são: Antonio Gramsci — não o considero pensador; para mim, um estrategista —, na Europa e na América Latina, e, na América do Norte, Saul Alinsky. Esses foram os símbolos da mudança de métodos de ensino no mundo.

Até indico uma obra muito importante sobre isso, que é *Maquiavel Pedagogo*, de Pascal Bernardin. Quem quiser entender como o ensino foi contaminado realmente por ideologias de massa pode pegar essa obra e estudá-la. Ela foi trazida ao Brasil pelo filósofo Olavo de Carvalho e é muito importante para se entender como a ideologia de Esquerda conseguiu se infiltrar até nos organismos globalistas.



Nós vimos, recentemente, uma pessoa da ONU dando uma declaração contra o Escola sem Partido, o que é muito suspeito. Mas quem ler essa obra de Pascal Bernardin vai entender o real motivo dessa declaração.

O que aconteceu foi que o papel da escola foi claramente redefinido no mundo todo. Antes, a escola tinha um referencial, até grego, de academia, de templo de saber, onde se busca a verdade, o debate justo. Isso foi claramente mudado ao longo do tempo. E hoje eu tenho chamado as escolas de verdadeiros puxadinhos de partidos. Realmente, é isso o que tem acontecido em todo o mundo. E no Brasil, não é diferente.

Esse tipo de redefinição foi inserido no Brasil pelo intocável Paulo Freire com a tal *Pedagogia do Oprimido*, que nada mais é do que uma grande inversão do aprendizado. Incutir ideais revolucionários em crianças e jovens antes mesmo que eles possam expor se são a favor de determinado pensamento ou contra ele não tem nenhuma base científica, tampouco empírica. E o resultado disso é que nosso desempenho escolar, hoje, é uma tragédia. O Brasil vem tendo, constantemente, as piores notas em todos os *rankings* de ensino, em matemática, em ciências. Quem for acompanhar os *rankings* internacionais verá que a qualidade do ensino no Brasil é realmente uma tragédia.

Agora, o que acontece? Eu estava até conversando com o Dr. Miguel Nagib, e falamos muito sobre isso. Muita gente tem mania — é o pensamento moderno no sentido civilizacional — de se apegar a números, notas, estatísticas. Sim, em números, o ensino brasileiro é uma tragédia. Mas eu vou muito além disso. O que eu tenho enxergado no nosso ensino é uma tragédia em termos de degradação moral dos nossos alunos, não só nas escolas, como também nas universidades. Isso é terrível!

O que acontece é que claramente — isso é mais importante do que nota baixa em português e matemática — existe um processo de afastar a criança da família, afastar da família o ensino da criança. E isso é realmente o que eu chamo de aniquilação do eu. Por que aniquilação do eu? A família é o último resguardo da individualidade de um ser humano. A partir do momento em que não temos família, o que sobra é a servidão. Então, se quisermos manter o eu, o livre arbítrio da pessoa, temos que manter a família.



E nas salas de aula, paulatinamente, professores têm atacado as orientações, os ensinamentos morais, as noções religiosas, familiares da criança. Essa realmente é uma tragédia muito maior do que a de notas baixas em português e matemática. Isso é algo que não podemos deixar continuar.

Eu gosto muito de citar uma frase de uma Procuradora da República que se colocou contra o Escola sem Partido, porque ela ilustra bem o que acontece na sala de aula e o que as pessoas contrárias a esse movimento apoiam. Ela disse que “*a educação fornecida pela família nem sequer pode prevalecer sobre a educação em sala de aula.*” Isso foi dito pela Procuradora Deborah Duprat.

Eu gosto muito de ilustrar essa degradação moral que citei, tanto em sala de aula com em universidades. Há uma página no Twitter que seria interessante os senhores acompanharem. Ela se chama *Antes e Depois da Federal*. É uma página que mostra bem a transformação do aluno que entra na faculdade pública. Realmente, existe uma aniquilação do eu. Isso é sintomático. São vários os casos.

Ali, a degradação moral do aluno é muito clara. Os alunos realmente perdem a individualidade. Eles entram em movimentos de massa, movimentos coletivos, e perdem totalmente a referência, referência estética, referência de todo tipo. Vemos claramente que se tornam pessoas revoltadas com o sistema, revoltadas com o tal capitalismo, revoltadas com a sua própria imagem e, e muitos casos, até revoltadas com a sua própria família. São inúmeros os casos de jovens que se colocam contra a família. E volto a repetir que isso é muito pior do que qualquer nota.

Agora que eu já falei um pouco do panorama, do contexto histórico, como esse tipo de ensino adentrou o Brasil, tenho a liberdade de falar do projeto Escola sem Partido, que encaro como algo muito maior do que um projeto. Para mim, é um movimento, encabeçado pelo Dr. Miguel Nagib.

Primeiro, a mera discussão sobre o projeto, o mero debate, para mim, já é o que eu chamo de quebra da espiral do silêncio. Só isso já é uma grande vitória. Eu apresentei o projeto na Câmara Municipal de Salvador, em janeiro, e tenho dado duas entrevistas por semana sobre o assunto. As pessoas me param na rua para falar sobre isso. Elas estão atentas a isso. “*Isso aconteceu com o meu filho. Depois da sua entrevista, eu tenho acompanhado a educação do meu filho.*” Só isso, para mim, já é uma grande vitória, um grande passo, assim como o trabalho desta



Comissão, excelente para podermos expor esse tipo de prática que tem acontecido nas nossas escolas e nas nossas universidades.

Agora, para começarmos a discutir o projeto, é necessário que saibamos que existe uma grande subversão da linguagem. Eu, como defensor do projeto Escola sem Partido, tenho perdido muito tempo defendendo o projeto do que ele não é. Eu sei que existe muito jargão, muita mentira sobre o projeto, realmente muita desinformação. É uma prática muito comum. E nós vimos sempre desvendando. Eu chego ao cúmulo de encontrar pessoas nas ruas que se colocam contra o projeto e que concordam com o projeto. É o cúmulo do debate!

Então, se nós não prezarmos por uma linguagem saudável — eu tenho dito muito, na Câmara Municipal de Vereadores lá em Salvador, que quero pautar a minha vida pública por prezar a linguagem saudável, que é o que falta hoje no Brasil —, não vamos conseguir realmente desenvolver nenhum debate sobre o assunto.

Então, primeiro, nós precisamos desvendar mitos. *“A Escola sem Partido é censura, é mentira. A Escola sem Partido não passa de fundamentalismo cristão.”* Mentira! Eu não tenho nada contra os cristãos, muito pelo contrário. É uma série de mentiras que nós temos que desvendar antes de entrar no projeto.

O projeto é muito simples. É um meio de explicitar direitos. É difícil nós concebermos pessoas que são contra explicitar direitos, não é? Realmente eu paro para pensar. Eu suspeito muito de quem é contra. Ou se aproveita politicamente, ou tem muito medo de que seja exposto o que é praticado em sala de aula. É difícil negar o que acontece hoje na sala de aula.

E eu vou falar aqui de alguns pontos, além da doutrinação em si. Assim como eu disse que mais importante do que as notas é essa degradação moral que acontece, mais importantes do que a doutrinação ostensiva, que acontece e que todo mundo já está cansado de ver em rede social — e eu coloco como cerne do projeto —, são os pontos que defendem a função natural da família no ensino. E é isso que vem sendo atacado.

Os pontos do cartaz são muito simples. Um é defender a liberdade de crença da família. Isso inclusive está no art. 12 da Convenção de São José da Costa Rica. Respeitar a orientação religiosa da família, que o aluno traz de casa. É difícil ser contra isso, não é?



Às vezes as pessoas perguntam por que tem esse ponto nesse cartaz. Ora, porque existe, sim, um ataque frontal, em muitos casos relatados, à religião da família, normalmente ao cristianismo. Eu falo muito claramente nas minhas entrevistas: normalmente ao cristianismo, porque quem estuda um pouco da estratégia da Esquerda sabe muito bem que a Esquerda é contra o cristianismo. Então, a Esquerda quer, sim, acabar com as nossas noções cristãs que estão inseridas na nossa sociedade, para que possa impor lá a sua moral, o seu modo materialístico de pensar.

Outro ponto importante é a moral, respeitar a moral da família. Outra coisa também que acontece muito em sala de aula é o ataque frontal à moral da criança, que a criança traz de casa. Isso tem que ser respeitado. Também está no art. 12 da Convenção de São José da Costa Rica.

Sobre a religião, eu vou citar mais uma frase da Procuradora Deborah Duprat. Realmente para mim essa frase é a melhor ilustração do pensamento das pessoas que são contra o projeto Escola sem Partido. A Procuradora disse, certa vez, o seguinte: *“A escola é o lugar estratégico para o fim das ideologias religiosas que apresentam o mundo como uma criação dos deuses.”* Ora, atentem primeiro à palavra “estratégico”. A escola é um lugar estratégico. Não é lugar estratégico. Se é lugar estratégico o que ela falou, Deputado Eduardo, para mim é revolucionário. Ela tem um objetivo claro de engenharia social aí. Então, para mim não existe confissão maior do que a frase dessa Procuradora da República. Ela deixou muito claro o objetivo dela, que realmente é criar um movimento ateístico nas escolas. E ela não tem direito de fazer isso.

Outro ponto importante do projeto é que seja respeitada a orientação sexual que a família confere ao aluno, ao estudante, à criança. A família está em primeiro lugar na orientação. Isso deve ser respeitado. A criança não é propriedade da escola, muito menos do Estado. A criança tem como referencial natural a família. Então, isso é outro ponto de suma importância.

Outro ponto importante — é até redundante repetir, chega a ser básico falar sobre isso, mas nós temos que falar — é um ponto que veda qualquer tipo de cooptação de alunos a manifestações. Ora, isso é básico. Mas, diante de tanta



desinformação, tanto mito, tanta mentira, nós temos que falar sempre, temos que sempre repetir isso.

E nós temos um caso clássico recente, que é o que aconteceu no Colégio Pedro II. O Ministério Público Federal denunciou o reitor do colégio, porque ele criou o que eu chamei mais cedo de verdadeiro puxadinho do partido PSOL dentro do colégio. E realmente teve que ser denunciado. Foi denunciado e terá que responder sobre isso. Isso é errado. Em qualquer lugar do mundo, isso é errado. E no Brasil, nós não podemos continuar aceitando isso.

Então, senhores, realmente a exposição é breve. É pouco tempo. É muita coisa para falar. Mas eu tenho para expor também a minha experiência em Salvador. Apresentei o projeto Escola sem Partido. Foi o primeiro projeto apresentado lá na Câmara de Vereadores. Tenho discutido bastante o assunto. Hoje, meus colegas já conhecem o projeto. Antes não conheciam. Então, já é um grande passo. Fizemos lá, 2 meses atrás, uma sessão especial sobre o assunto. Foi muito proveitosa. Todos os meios de comunicação acabaram cobrindo o assunto, o tema. E já está realmente, como nós chamamos lá, na boca do povo, Deputado Bacelar. Todo mundo já fala sobre o assunto realmente. E isso já é quebrar a espiral do silêncio.

E eu só tenho a parabenizar ações como esta, esta Comissão do Presidente Marcos Rogério. Eu agradeço muito a oportunidade e estou aqui para dirimir qualquer dúvida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Queremos agradecer as palavras do nobre Vereador Alexandre Aleluia.

Passo a palavra ao Vereador da cidade de São Paulo, Fernando Holiday. S.Sa. dispõe de até 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO HOLIDAY - Primeiramente, gostaria de agradecer o convite desta Comissão, agradecer também a presença de todos os Deputados e de todos aqueles que estão acompanhando a sessão neste momento.

Quero dizer que, ao longo desta minha exposição, gostaria de trazer aqui dois pontos de vista para esta Comissão. Primeiramente trarei o ponto de vista profissional, isso é, o que tenho feito enquanto político e qual a experiência que



tenho tido com o Projeto Escola sem Partido, e também, por que não dizer, um ponto de vista pessoal, afinal de contas, não faz muito tempo que saí da escola e tive também as minhas próprias experiências pessoais, que me levaram a, de alguma forma, defender esse projeto e, assim como o Vereador Aleluia, transformar em uma bandeira do meu mandato.

Antes de qualquer coisa, vou contextualizar de onde vim, pelo que passei e o que me levou a defender o Escola sem Partido. Eu cresci numa região periférica da Grande São Paulo, na cidade de Carapicuíba, estudei a minha vida inteira em escola pública e nunca tive um grande incentivo aos estudos até próximo do meu ensino médio, quando, eu costumo dizer, girou a chave.

A maior parte dos meus professores, antes e depois, sempre teve alguma ligação com partido, seja por questões ideológicas, seja por filiação partidária. A maior parte deles, ou praticamente todos, tinha ligação com partido de Esquerda. Até aí, nenhum problema. Nenhum problema, se esses professores soubessem respeitar a visão dos alunos que não concordavam com as suas ideias, nenhum problema se alunos não fossem prejudicados por discordar desses professores em sala de aula. O professor, eu aprendi desde muito cedo, é a maior autoridade dentro de uma sala. Ninguém, nem mesmo o Diretor daquela escola, teria autoridade de adentrar uma sala e apontar o dedo para um professor e dizer o que ele devia ou não fazer. Então eu cresci respeitando todos os meus professores.

Mas durante muito tempo eu não soube lidar com aquela imposição de ideias, com aquela verdadeira ditadura em sala de aula, isto é, eles diziam que aqueles que acreditavam em Deus — e isso eu ouvi de vários professores, não foi de um ou de outro — na verdade acreditavam em uma ficção. Essas eram pessoas tolas, inúteis, não entendiam nada da vida e certamente não eram inteligentes, eram todos burros, porque não era possível que uma pessoa acreditasse em Deus e fosse capaz de raciocinar por conta própria.

Assim, ano após ano, nas aulas de História, nas aulas de Geografia, eu fui vendo colegas, amigos, vizinhos, pessoas com quem eu convivia todos os dias, aos poucos abandonarem as igrejas — igrejas que são um dos poucos focos de salvação para aqueles que estão cercados pelo tráfico, pela bandidagem, e que



muitas vezes, se não encontram inspiração num traficante, só vão conseguir encontrar em um pastor.

Graças a muitos professores desses que incentivavam e que coagiam esses alunos que frequentavam igrejas, que acreditavam em Deus, que seguiam a fé de suas famílias, graças a esses professores, muitos abandonaram as suas respectivas igrejas.

Grande parte desses que abandonaram seguiram pela criminalidade, viraram os famosos aviõezinhos, entregando drogas pelos becos das favelas, vendendo muitas vezes para os *playboys* da Esquerda caviar, e tudo isso à custa de uma ditadura indevida e que até então nunca tinha sido questionada pelo Estado. O professor tinha toda e qualquer autoridade dentro de sala de aula, diziam os sindicatos, e ai daquele que ousasse dizer o contrário!

Eu ainda como aluno, no alto dos meus 14 anos, 15 anos de idade, ousei então começar a questionar esses professores por conta própria, pesquisando mesmo na Internet diferentes autores, procurando levar o contraditório para dentro da sala. A experiência foi das mais terríveis possíveis. Houve professores gritando, berrando, levando alunos a todo momento — e este aqui que vos fala também — para a Direção da escola, sendo humilhados por Diretores. A minha mãe, que não entendia nada do que estava acontecendo, porque não tinha grau de instrução suficiente, achava que eu era um aluno terrível. Eu era um aluno terrível porque questionava, ousava questionar aqueles professores, autoridades máximas em sala de aula.

Poucas vezes, ou quase nunca, houve professores que me defendessem. Havia até professores que concordavam comigo, mas esses não ousavam dizer na frente do Diretor, nem na frente dos seus respectivos colegas, porque também seriam coagidos pelos seus colegas, seriam coagidos e expostos também pelos sindicatos — os sindicatos que dizem defender a causa da educação. E assim eles se calavam, se omitiam. O problema não era grave: não era racismo, não era homofobia, só era uma coação e uma humilhação por conta dos meus posicionamentos e por conta das minhas crenças. Isso se passou por anos e anos.

Nas provas, muitas vezes eu era prejudicado e tinha que novamente questionar o professor, tinha que novamente ir à Direção da escola. Mas não havia



mecanismos para dizer e esclarecer por que eu estava sendo prejudicado e os motivos que levavam àquela coação. Simplesmente o Estado nunca se preocupou em deixar claro para os pais e para os alunos que a liberdade de cátedra de um professor não deve ser utilizada para atentar contra a liberdade de expressão dos alunos que frequentam aquelas aulas e que estão de atenção cativa aos seus professores. É algo tão óbvio! A sala de aula e as escolas foram feitas justamente para isto: para que o debate, para que diferentes pontos de vista sejam colocados e que, com base nesse debate, com base nessas diferenças, os alunos que estão em formação consigam construir os seus próprios posicionamentos.

Mas isso também não deve ser feito às custas da tomada do direito dos pais de construir e de conduzir a moral dos seus filhos e de lhes passar as suas crenças e a sua tradição familiar. O Estado não deu, em nenhum momento, autoridade para nenhum professor questionar a crença de qualquer aluno ou de qualquer família. O Estado, em nenhum momento, ao longo da sua história, deu a qualquer professor, independentemente da sua liberdade de cátedra, autoridade para atentar contra as crenças e contra os posicionamentos deste ou daquele pai, deste ou daquele tutor.

O professor, em nenhum momento, nem durante a sua formação, nem após a sua contratação, recebeu o direito de coagir, de humilhar e de expor todo e qualquer aluno que ouse questioná-lo ou divergir das suas ideias em sala de aula. Isso, mais uma vez eu repito, é uma das coisas mais óbvias que qualquer nação deveria ter encarnada no seu povo e na sua sociedade, mas infelizmente no Brasil isso não foi óbvio — aliás, isso ainda não é óbvio.

É com base nisso que os sindicatos, sempre atrelados a determinados partidos, reagem com tanta veemência contrariamente ao Projeto Escola sem Partido. Não é porque o projeto, dizem eles, se propõe a fazer uma caça às bruxas. Não, porque eles sabem que não é isso. Nós não estamos propondo sair invadindo sala de aula, prender professor ou exonerá-los por conta dos seus posicionamentos; muito pelo contrário, nós queremos garantir que eles possam, sim, colocar as suas opiniões, mas também respeitar e garantir que os alunos possam expor os seus posicionamentos sem ser conduzidos a uma determinada posição por conta do professor. Os sindicatos sabem disso, os professores sabem disso.



Mas então por que continuam sendo contrários e continuam mentindo tão descaradamente? É porque — e isso mais uma vez trazendo a minha visão pessoal —, ao mesmo tempo em que eles destroem as famílias, destruindo as crenças desses alunos, destruindo e desfazendo diariamente diversos laços familiares, eles também constroem uma militância forte e pungente.

Foram pouquíssimos os meus colegas de escola que sobreviveram e transpassaram toda essa corrente de pressão e de coação e, ao final do seu ensino médio, acabaram não indo para um movimento estudantil ou se filiando a um partido de Esquerda, seja ele o PCdoB, o PSOL, o PT ou qualquer outro. Na verdade, eles foram aos montes. Foram pouquíssimos os alunos que eu conheci que, frente a essas ondas de ateísmo quase que forçadas, querendo fazer com que todos os alunos e com que todas aquelas crianças abandonassem o cristianismo ou a religião que tinham, sobreviveram a essa pressão e não se tornaram militantes ateus.

Eu, inclusive, fui um desses. De tantas aulas e de tantos professores enchendo a minha cabeça de minhoca, eu acabei aderindo, absorvendo toda aquela ideologia, e, durante muito tempo, eu aponte o dedo em riste para todo e qualquer cristão que eu via na rua. Eu abandonei a minha fé, desfiz laços familiares, tudo isso porque aqueles professores insistiam em que, se eu continuasse firme nas minhas crenças e nos meus posicionamentos, se eu continuasse firme nos meus laços familiares, eu teria o destino completo e inerente à burrice, à ignorância, à completa cegueira; não teria inteligência ou vida dentro daquela religião que eu tinha, dentro daqueles posicionamentos que eu cultivei. Eu só consegui recuperar essa minha fé e a minha independência religiosa anos mais tarde. Eu disse isso recentemente num artigo para a *Folha de S.Paulo*. Isso me traz aos dias atuais e ao motivo que me levou a escrever esse artigo.

Recentemente apresentei o projeto do Escola sem Partido na Câmara Municipal de São Paulo e também recebi reclamações de alguns pais que estavam vendo episódios como esses aconteceram com seus filhos. As denúncias, em sua maior parte, foram anônimas. Eu então resolvi visitar algumas escolas para ver se as reclamações eram recorrentes e se realmente era comum nas escolas municipais de São Paulo esse tipo de coação, de humilhação, e também ver os problemas que as escolas públicas poderiam estar enfrentando naquele momento.



Eu fui recebido por Diretores de escola, não entrei em nenhuma sala de aula, a visita foi completamente cordial. Os Diretores, na verdade, ficaram até felizes porque havia uma autoridade, um político visitando uma escola, porque não estavam acostumados a ver aquilo. Eles me mostraram as condições físicas do prédio, apresentaram alguns problemas, e eu perguntei para eles se haveria algum problema se eu visse o que os alunos estavam desenvolvendo em sala de aula. Naquelas escolas em específico, realmente estavam seguindo o que prega o currículo escolar, não havia esse tipo de conflito, e a visita foi completamente tranquila.

Porém, naquele mesmo dia da visita, os sindicatos começaram a reagir. Diversas notas de repúdio chegaram ao meu gabinete, diversos Parlamentares de Esquerda reclamaram na Câmara Municipal, e também Parlamentares da Assembleia Legislativa de São Paulo, e também Parlamentares desta Câmara Federal, do PSOL, aqui reclamaram na tribuna das minhas visitas. Mas por que reclamaram, se não houve nenhum problema? Por que disseram que professores foram intimidados, se eu sequer falei com professores? Por que inventaram mentiras e criaram uma balbúrdia imensa, a ponto de fazerem o Secretário de Educação acreditar em suas mentiras e reforçá-las em nota pública? Tudo isso porque eles sabiam — é óbvio — que em algum momento esses problemas seriam revelados e que em algum momento eles precisariam também ser discutidos nas escolas municipais de São Paulo.

O desespero foi imenso. Foi imenso, mas não de todos os professores; foi imenso dos professores sindicalizados, e dos professores sindicalizados naqueles sindicatos que têm relações diretas e muito claras com estes mesmos partidos de Esquerda, de que fazem parte esses mesmos professores que cotidianamente dedicam as suas aulas não a ensinar, não a incentivar o debate, mas a simplesmente destruir — destruir crenças, destruir famílias, destruir a independência intelectual dos seus alunos.

É isso que o Projeto Escola sem Partido se propõe a colocar na mesa. Repito, não é uma caça às bruxas, mas sim a garantia da liberdade, não somente a liberdade de cátedra, mas também a liberdade dos alunos.



Isso não é nenhuma novidade. A nossa Constituição já garante isso. Os direitos humanos de uma forma geral já preveem isso. Mas, infelizmente, os clássicos militantes dos direitos humanos neste momento não se apresentam.

O que nós estamos dizendo e o que nós estamos propondo, na verdade, é apenas que os alunos passem a ter a garantia de que a sua voz não será calada, de que as suas crenças não serão atentadas por professores dessa ou daquela corrente ideológica. E a garantia dessa liberdade, por mais básica que seja, tem criado incômodos como nunca antes na história deste País, já diria um dos nossos ex-presidentes.

E é curioso, porque essas mesmas pessoas se propõem a ir à Organização das Nações Unidas — ONU, para garantir que esta instituição tenha um posicionamento contrário ao Escola sem Partido. E aí nós nos perguntamos: “*Quem é que foi à ONU?*” E descobri. À ONU foram ONGs, algumas delas dirigidas por um sujeito chamado Daniel Cara, militante da ideologia de gênero, ligado a ONGs financiadas pelo Sr. George Soros, que nós já sabemos que financia ONGs também ligadas à Esquerda pelo mundo inteiro. Daniel Cara não foi sozinho e não se posiciona sozinho contrariamente ao Escola sem Partido. Também se posicionam pessoas poderosas como a Sra. Neca Setubal, da família Setubal, do Itaú, como também outras personalidades com um certo poder financeiro também ligadas a entidades financiadas para reproduzir o discurso de Esquerda nas nossas escolas, nas nossas universidades, nos meios de comunicação.

Estamos enfrentando não somente partidos políticos, não somente correntes ideológicas, não somente entidades sindicais. Estamos enfrentando também uma elite, a tal da elite, que por algum motivo não quer que principalmente aqueles que estão na escola pública tenham uma independência intelectual.

E a grande questão é: por que essa elite, ligada à Esquerda caviar, não quer que os pobres tenham a sua independência intelectual e a sua liberdade de expressão garantidas nas escolas e nas universidades brasileiras? Será que é porque até aqui eles controlaram absolutamente tudo? Será que é porque até aqui foi desta forma grotesca, surreal e quase ditatorial que eles garantiram o poder das suas entidades sindicais, o poder dos seus movimentos estudantis e mesmo o poder dos seus partidos?



São perguntas com que esta Comissão certamente se deparará ao longo do debate. E é para isto que estou aqui, para contribuir, assim como espero contribuir com o avanço deste debate na Câmara Municipal de São Paulo.

Mais uma vez, agradeço o convite e agradeço a todos os presentes.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito bem. Nossos agradecimentos ao Vereador Fernando Holiday pelas palavras.

Na sequência, passamos a palavra ao nobre Relator, o Deputado Flavinho.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, boa tarde.

Boa tarde aos nobres Parlamentares que estão conosco, aos nossos convidados, os dois Vereadores que estão nos ajudando com as suas contribuições a esse tema tão importante para o nosso País, para os nossos estudantes, para as nossas famílias!

Eu quero saudar aqueles que estão aqui, aqueles que conseguiram entrar na Câmara dos Deputados hoje, num dia tão atípico, quando ela está de certa forma sitiada, cercada por toda essa problemática da votação das reformas, especialmente a reforma da Previdência na Comissão Especial. Hoje, a Casa está com um esquema totalmente diferenciado de segurança, impossibilitando inclusive a entrada daqueles que querem participar de atividades que não são ligadas à reforma da Previdência, como é o nosso caso aqui nesta Comissão Especial que trata do Escola sem Partido e em reuniões de audiência pública de outras Comissões que estão também acontecendo no dia de hoje. Todas essas reuniões acabaram ficando inviabilizadas de certa forma, em razão da presença mais massiva de visitantes no dia de hoje na Câmara dos Deputados.

Mas eu quero, como sempre faço, lembrar que esta Comissão, este Relator e o nosso Presidente sempre estamos buscando a imparcialidade nos nossos debates, nos nossos seminários, assim como já foi dito aqui pelo nosso Presidente. Tivemos um em Campinas, em São José dos Campos. E já temos outro marcado para a segunda-feira, dia 15, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Também já está confirmado o de Salvador, no dia 29. Nós buscamos sempre colocar na mesa do debate o contraditório, para que a discussão seja enriquecida com aqueles que também têm o seu posicionamento contrário aos projetos apresentados. Eu gosto



sempre de lembrar que são seis projetos apensados nesta Comissão e estamos debatendo todos eles dentro desse contexto de audiência e de seminários.

Infelizmente nós temos visto um declínio constante daqueles que são contra o projeto. Experimentamos isso lá em Campinas, na última audiência. E, hoje, tivemos o mesmo caso. Encaminhamos o convite, inclusive encaminhamos novamente convite a alguns que não puderam estar em outras audiências públicas, e mesmo assim nós não conseguimos a confirmação da vinda dessas pessoas. Além disso, já chegamos ao final da lista de nomes daqueles que são contra o projeto. Por isso, o nosso Secretário Paulo tem feito contato com os que declinaram do convite por um problema de agenda, como eles mesmos alegaram em *e-mails* enviados a esta Comissão, e, infelizmente, não puderam se fazer presentes.

Hoje, então, como já aconteceu na última audiência, temos na nossa Comissão a presença de dois debatedores favoráveis ao projeto.

Mas deixamos claro que o posicionamento da Mesa é sempre o de buscar a imparcialidade, para ouvirmos todas as partes e, ao final, na nossa condição de Relator, apresentarmos um relatório a contento da sociedade brasileira que clama por um posicionamento deste Parlamento com relação a essas situações que têm afetado a realidade da educação no nosso País.

Como sempre faço, eu gostaria apenas de destacar de forma muito rápida algumas coisas que me chamaram atenção na fala dos nossos expositores, começando pelo Vereador Alexandre Aleluia. Ele disse que as escolas estão sitiadas pela esquerda radical marxista. Eu estou partindo das próprias palavras que ele usou, de modo que ficou de forma muito enfática para mim esse posicionamento dele.

E eu gostaria de já deixar uma pergunta, como eu faço sempre, para todos que estão à Mesa. A primeira pergunta é a seguinte: partindo do que é o projeto Escola sem Partido e a proposta dos seis princípios no cartaz a ser colocado nas salas de aula das escolas, quais desses princípios ferem a Constituição ou alguma lei do nosso País?

Eu estou falando com dois legisladores municipais, o Sr. Fernando Holiday, Vereador da cidade de São Paulo, e o Sr. Alexandre Aleluia, Vereador da cidade de Salvador. Então, estou fazendo uma pergunta para dois legisladores. Do projeto que



S.Sas. estão defendendo hoje aqui nesta audiência pública, quais desses princípios elencados e propostos ferem a Constituição ou alguma lei do nosso País?

O Vereador Alexandre também mencionou — e me chamou a atenção — a fala da Procuradora Deborah Duprat de que a escola é um local estratégico. Realmente isso me chamou muito a atenção, porque temos visto não por simples constatação deste Relator, mas porque os fatos têm mostrado em vários relatos que nos chegam aqui que realmente os extremistas de um lado ou de outro acabam sempre usando da educação, nos mais variados países, para doutrinar as crianças e os jovens. Isso me preocupa bastante e vem também de um Vereador que apresentou esse projeto lá em Salvador. Então, isso me chamou bastante a atenção e é algo para pensarmos nesta Comissão.

Com relação ao que foi dito pelo Vereador Fernando Holiday, também me chamou muito a atenção quando S.Sa. disse: *“Perdi meus valores, princípios e minha fé por culpa da doutrinação de esquerda em minhas escolas”*. S.Sa. bem elencou aqui em testemunho pessoal que isso foi uma crescente nessa experiência negativa com relação à perda dos valores, princípios e até mesmo da sua fé.

Então, são estas duas perguntas que deixo aos Vereadores: quais desses princípios elencados pelo Escola sem Partido ferem a Constituição ou alguma lei do nosso País? E, segundo a visão de S.Sas., qual é a estratégia usada de forma prática e concreta pelos professores doutrinadores, como foi colocado por S.Sas. hoje nesta audiência pública? São esses os questionamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Conforme o procedimento das audiências anteriores, inverteremos a ordem de fala, quem primeiro falou agora será o segundo a falar.

Então, o Vereador Fernando Holiday será o primeiro a dar as suas respostas. S.Sa. dispõe de 3 minutos.

O SR. FERNANDO HOLIDAY - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começando pela estratégia dos professores, antes de qualquer coisa, utiliza-se a autoridade. O princípio desses professores é dizer: *“Eu sou graduado, estudei tudo o que tinha para estudar. Vocês alunos estão começando a vida agora; portanto, não sabem de nada. Eu sei das coisas, sei das coisas da vida, sei do*



currículo escolar, e o que eu digo aqui é uma verdade quase absoluta". É claro que eles não dizem com essas palavras, mas é o que nos fazem crer.

Bom, se ele está onde está, é porque sabe do que está falando. Se ele sabe do que está falando, eu devo ouvi-lo. A partir desse princípio, o aluno já se sente, muitas vezes, coagido ou inibido de se propor ao debate. O professor não se abre ao debate, não demonstra abertura para ouvir o que aluno possa ter a dizer, comentar, enfim. O professor sequer quer ouvir os posicionamentos do aluno. Então, eu acho que esse fechamento, e o abuso do argumento de autoridade, é o principal método utilizado por ele.

Quanto à lei em si, na verdade, a meu ver, ela não fere nenhum preceito constitucional e também está de pleno acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante direitos básicos a essas crianças.

Além da liberdade de expressão, o Estatuto garante também aos pais o direito a essa educação pessoal, moral, cívica e religiosa, e o Escola sem Partido também segue esse caminho de garantir essa liberdade dos pais em relação aos seus filhos e de garantir essa liberdade para as crianças expressarem a sua fé, a sua crença, sem serem discriminadas por isso, sem serem humilhadas ou coagidas por isso.

Então, na verdade, eu diria que o Escola sem Partido, além de não ferir a nossa legislação, reforça o Estatuto da Criança e do Adolescente e, conseqüentemente, a nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Na seqüência, passamos a palavra ao nobre Vereador Alexandre Aleluia. S.Sa. também tem até 3 minutos.

O SR. ALEXANDRE ALELUIA - Vou falar primeiro sobre essa questão da constitucionalidade do projeto. Isso vem sendo muito discutido. O que acontece?

Muito se tem falado sobre a constitucionalidade, quando nós vamos para a legislação estadual e municipal. Dizem — e a meu ver essa é uma afirmação completamente falsa — que o Município estaria legislando sobre educação, e isso estaria vedado, mas acontece que o projeto Escola sem Partido não é isso. Apenas explicitar direitos já consagrados não é legislar sobre educação. Isso está muito claro para mim.

Mas que seja e vamos assumir que essa tese prospere. Tomara que não prospere, mas vamos assumir que sim. Olha, isso aumenta a responsabilidade dos



nobres Deputados. Então, exatamente por isso a tese tem que ser aprovada aqui. A meu ver, essa tese não muda nada, não muda o Plano Nacional de Educação, mas, já que existe, vamos aprová-la aqui na Câmara dos Deputados.

Sobre essa palavra emblemática da Procuradora Deborah Duprat, eu acho que a palavra “estratégico” é uma confissão. Ela fez uma confissão ali. Eu acho que ela prestou um serviço formidável ao movimento Escola sem Partido ao proferir aquela frase.

Eu acho que a escola não tem que ser local estratégico de maneira alguma. A partir do momento em que ela assume que uma escola é estratégica, ela está assumindo que a criança, o adolescente, o jovem são peças de engenharia social, e isso nós não podemos aceitar — não é, Fernando? Houve ali exatamente uma confissão completa.

Então, qual seria essa estratégia do professor? Primeiro, o professor imbuído da vontade revolucionária de mudar o mundo vai trabalhar para mudar o mundo. E o primeiro lugar que ele olha para colocar em prática o seu sonho revolucionário é a sala de aula. *“É aqui mesmo que eu vou começar o meu trabalho.”* Então, já começa ali a estratégia, que não deveria nem existir no vocabulário, quando falamos sobre ensino, sobre educação.

E, lógico, utilizando-se de sua autoridade, como o Vereador Fernando falou, utilizando-se da vontade de construir pessoas, assumindo que a pessoa, que o jovem é uma folha em branco na qual ele poderá simplesmente escrever todos os seus valores: *“Olha, você vai pensar isso; você vai ser ateu; você vai ser contra tudo o que vem de casa, contra todos os ensinamentos que vêm de casa. Você vai ser assim”*. E, assim, eles acham que vão poder formular...

Mas o mundo real é diferente, e isso não acontece. A prova é o Vereador Fernando Holiday, que deu aqui todo o seu relato de vida e mostrou que ele não é uma folha em branco, que ele teve livre arbítrio e pôde escolher o que pensar, pôde ter liberdade de pensar diferente, apesar dessa grande máquina ideologizadora que aconteceu em seu ensino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Ouvimos as palavras dos nobres palestrantes e as suas respostas também. Daremos sequência agora aos



trabalhos, passando a palavra aos nobres Deputados presentes e que estão com os seus nomes aqui relacionados.

Iniciaremos ouvindo, com o tempo de até 3 minutos, o ilustre Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, senhores debatedores, senhoras e senhores aqui presentes, para a primeira pergunta eu não preciso de resposta, só de um sorriso.

Eu não sei quando o Alexandre Aleluia virá para cá, uma vez que o pai ainda tem muito combustível para ser queimado aqui. E o Fernando Holiday, nós esperamos o mais rápido possível nesta Casa. Nós percebemos que ambos têm um viés muito importante e do qual esta Casa necessita para somar esforços com os conservadores.

Muito bem! Parabéns a vocês!

O Holiday falou uma coisa interessante sobre influência. Influência é proeminência, é predominância. Então, o professor usa da influência, que é proeminência e que é predominância. Só aí, ele já tem 80% de frente em qualquer aluno — é um negócio escabroso — e acaba, evidentemente, fazendo novas vítimas por causa desse tipo de proeminência. Esses professores ainda se fazem de vítimas, escondendo-se atrás da liberdade de cátedra.

Hoje, para se ter uma ideia, eu conversei com um professor que é pastor batista da minha convenção, e ele disse: *“Seremos vitimados se falarmos um pouco de Marx?”* Eu falei: *“Em momento algum o projeto fala de penalizar, impedir ou amordçar o professor”*. Até mesmo entre os cristãos há essa preocupação.

Em relação às escolas, quero dizer que essa epidemia — eu tenho conversado com vários alunos e vários professores — ainda não chegou a todas as escolas, apesar do empoderamento e do aparelhamento. E o desespero de quem está liderando essa epidemia é que ela está sendo contida. Eles estão mais assustados, eles estão mais preocupados. E estão tão assustados, que nem quórum dão nesta Comissão. Eles nem se apresentam. Vez por outra, apresenta-se um ou outro, fica aqui um pouco, fala e sai. Isso faz parte de toda uma estratégia, principalmente quando se está perdendo o debate: a ausência. É como se fossem pedir arrego e ir para outro lugar. Isso é bem complicado, não é?



O que nós estamos vendo? Preferem as drogas nas mãos dos alunos à Bíblia. Queimam baseados enrolados nas páginas da Bíblia e pisam em símbolos sagrados. É a inquisição moderna, dos tempos de hoje. É a inquisição escondida, mais uma vez, atrás da cátedra.

Vejam bem, quero lançar um desafio. Eu gostaria de pedir a esses professores que pregam a “religião” — entre aspas — marxista que fizessem uma coisa: o Brasil está se abrindo para o Islã. Atenção, senhoras e senhores, quem tem ouvidos para ouvir, ouça: o Brasil está se abrindo para o Islã.

Eu quero ver esses cabras-machos falarem do islamismo como falam do cristianismo. Eu quero ver esses cabras-machos que falam da Bíblia e a rasgam pisarem nos símbolos sagrados e no Alcorão, como pisam na Bíblia. Eu quero ver e pago para ver, porque para isso eles não têm coragem.

Sabem por que eles não têm coragem? Porque nós aprendemos a pagar o mal com o bem, porque nós aprendemos a dar a outra face. Eles não, porque a religião deles está intimamente ligada à política, à vida pública, e a vida pública está intimamente ligada à religião. Então, eu quero vê-los fazer isso. Fica aqui um desafio.

Termino dizendo que o importante, agora, sabem o que seria? Abrir o diálogo. Querem falar de Marx? Falem. Querem falar de Engels? Falem. Mas querem falar de Cristo? Falem. Querem falar de Alá? Falem. Conversem. Abram o diálogo. Mas não abram monólogos, imposições e proeminência desigual em cima daquele que não consegue dialogar da mesma maneira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Muito obrigado, Deputado Lincoln Portela, como sempre, atuante e participativo nesta Comissão, defendendo posicionamentos importantíssimos para o bem da sociedade.

Nós queremos informar que, como temos no momento número regimental já registrado nesta reunião, vamos suspender a audiência pública por um pequeno espaço de tempo.

Passo à parte deliberativa da reunião, conforme acordado.



Tendo em vista que a ata da 13ª Reunião Ordinária foi colocada à disposição antecipadamente, na página da Comissão, e que se encontram cópias dela sobre as bancadas desde a abertura do painel, pergunto se há alguma retificação a fazer.

(Pausa.)

Não havendo retificação a fazer, coloco a ata em votação.

Aqueles que aprovam a ata permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há dois requerimentos que acredito que podem ser votados em conjunto. Caso haja alguém contra, que se pronuncie. *(Pausa.)*

Item 1. Requerimento nº 30, de 2017, do Sr. Pompeo de Mattos, que requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para discutir o PL 7180/14 que trata sobre o tema *Escola sem Partido*, para serem ouvidos os seguintes convidados: Koumbou Boly Barry, Relatora Especial para o Direito Humano à Educação, David Kaye, Relator Especial para Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Expressão e Ahmed Shaheed, Relator Especial para Liberdade de Religião e de Crença.

Item 2. Requerimento nº 31, de 2017, do Sr. Marcos Rogério, que requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, acerca de possível ato atentatório à autodeterminação do povo brasileiro, à não ingerência em assuntos internos e, inclusive, à liberdade de debate no próprio Parlamento, no que se refere à possível manifestação da Organização da Nações Unidas — ONU, que menoscaba os trabalhos parlamentares da Comissão Especial Escola sem Partido.

Que palavra bonita, Deputado Marcos Rogério! Confesso aqui para todo o Brasil que nunca ouvi esta palavra, mas entendo que signifique desprezo, uma forma de desrespeito. Parabéns pelo seu eloquente vocabulário. Não sei se V.Exa. deseja se pronunciar a respeito do requerimento, mas fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu apenas quero trazer à memória da Comissão que este requerimento, na verdade, embora subscrito por mim, foi uma provocação que o Plenário nos fez quando da divulgação de matérias pela mídia nacional dando conta de que a ONU — Organização das Nações Unidas teria emitido nota condenando o



Escola sem Partido e condenando os trabalhos desta Comissão Especial, rotulando esta Comissão do Parlamento de uma comissão da censura.

Foi uma divulgação totalmente fora dos padrões protocolares seguidos por aquela Organização. Diante da repercussão do fato, houve estranheza por membros deste Parlamento em relação às condições em que esta informação chegou. Na Comissão, nós não recebemos nenhum documento formal, nenhum documento oficial da instituição, dando conta de que alguma reunião tenha acontecido e algum assunto dessa natureza tenha sido submetido à apreciação daquele colegiado, e que alguma decisão tenha sido proferida no âmbito da ONU.

Fato é que o Brasil inteiro tomou conhecimento de que a ONU condenava o Escola sem Partido, fazendo menções de desabono, de desrespeito, de menosprezo com relação aos trabalhos desta Comissão Especial deste Parlamento.

Entendemos que, se veiculados na forma correta, ou seja, se essas informações realmente são procedentes, a instituição age em desrespeito ao Parlamento brasileiro e ao devido processo legislativo. Nós estamos ainda em fase de discussão do projeto. Não há nenhuma decisão tomada por parte desta Casa e por parte desta Comissão.

Obviamente a matéria, uma vez proposta por qualquer Parlamentar desta Casa, tem que seguir o rito regimental, o rito constitucional. É ao final do bom debate — e aqui se está debatendo à exaustão o tema, como prova a realização hoje de mais esta audiência pública, com ilustres convidados — que vai se chegar a uma conclusão, seja a aprovação, seja a rejeição, seja a introdução de modificações substanciais no projeto. Mas censura é o que pretendem aqueles que querem matar a iniciativa antes que ela cumpra o devido processo legislativo no âmbito desta Casa.

Então, apresentei este requerimento em razão das provocações que tivemos por parte da Comissão. Na qualidade de Presidente, eu poderia ter feito a notificação diretamente à instituição, mas quis submetê-la ao colegiado, para, a partir de sua decisão, notificar as autoridades competentes quanto às preocupações que temos com relação a esse comportamento.



Estão sendo feitos apenas alguns questionamentos, para que a Organização confirme ou não a autoria das informações e das recomendações que fez ao Governo brasileiro e ao Parlamento brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Alguém mais quer falar?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, desejo apenas um esclarecimento: o requerimento do Deputado Pompeo de Mattos é para a realização de uma espécie de audiência pública, de mesa-redonda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - De uma audiência pública.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Então, V.Exa. saberia me dizer se seria possível inscrever o nome de outros palestrantes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Ele não está aqui para receber o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - O meu receio, Sr. Presidente, sendo bem franco, é que ele coloque aqui uma Mesa composta apenas por pessoas opostas ao Escola Sem Partido de maneira que não haja debate.

Visando à pluralidade de ideias, à qual essas pessoas costumam ser favoráveis, eu faço aqui representar a vontade dele, a fim de que possamos realizar um amplo debate, com a participação de pessoas favoráveis e contrárias ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Nobre Deputado, a composição da Mesa sempre é coordenada e comandada pelo Presidente e pela Secretaria. Com certeza, como já é de praxe e já foi decidido por esta Comissão, com a aquiescência do Presidente, sempre serão colocados os dois lados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Está respondida a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Se não temos hoje o contraditório, não é porque não tenha havido o convite, mas é porque as pessoas resolveram dar suas justificativas, como alguns têm feito constantemente, para fugir do debate. É mais fácil pregar lá fora do que falar no lugar certo, onde o Relator estará ouvindo e fazendo os seus questionamentos para se posicionar no relatório.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Presidente, eu só quero deixar registrado que estou encontrando essa mesma dificuldade para realizar uma



audiência no dia 15 de maio na Assembleia Legislativa de São Paulo. Eu estou tendo muita dificuldade para encontrar pessoas opositoras à matéria, em que pese estar fazendo o convite inclusive para Parlamentares do PSOL.

Deixo aqui o registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - É bom que a sociedade esteja acompanhando isso e vendo que nós estamos tendo dificuldades, não por imposição desta Comissão. A Comissão tem feito um trabalho correto, sério, respeitando ambos os lados.

Pergunto se podemos votar os requerimentos em globo, por acordo. *(Pausa.)*

Em votação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Sem menoscabar *(risos)* nenhum dos requerimentos, estão todos aprovados, inclusive por unanimidade — pensem no contrário de “menoscabamento”, essa palavra muito importante!

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - V.Exa. usará este termo em sua próxima prédica em seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Está acontecendo um fato bom e inédito hoje aqui, que eu gostaria de pontuar, Deputado Marcos Rogério, nobre Presidente desta Comissão: hoje nós temos uma dupla de Aleluias presentes aqui — por favor, não digam que eu quero transformar a Comissão em questão religiosa! Aleluia significa “louvai a Deus”.

Então, hoje nós temos dois Parlamentares chamados Aleluia presentes! Um deles já esteve aqui de uma forma muito especial, trazendo a sua palestra, a sua palavra — nós ficamos realmente agradecidos pela sua participação. E agora, sentado nessa cadeira, na qual foi honrosamente colocado pelo povo, está presente aqui o Deputado José Carlos Aleluia, que eu não sei se conhece o Vereador Aleluia. Este é o momento de ele falar. Pelo seu sorriso, acredito que ele esteja muito feliz aqui hoje.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Muito obrigado, Deputado Pastor Eurico.



Quero saudar o meu querido amigo e correligionário Fernando Holiday, Vereador de São Paulo, que teve uma imensa votação e está fazendo um brilhante mandato. Quero saudar também o Vereador Alexandre Aleluia, o meu Presidente Eurico, o Relator e o Presidente Marcos Rogério.

Recentemente, eu visitei a Alemanha e pude observar, conversando com as autoridades do Governo, com os políticos do Parlamento alemão e com os partidos, o grande aprendizado que eles tiveram em consequência do ocorrido nos anos 30, com a ascensão de Hitler. A doutrinação que se fez transformou o povo alemão — transformou-o a partir das escolas, a partir dos professores, a partir dos militares, a partir das instituições. Hoje, quando se analisa a ascensão de Hitler e os horrores que vieram em consequência do seu poder hegemônico na Alemanha, vê-se quanto prejuízo a doutrinação, de direita ou de esquerda, traz.

Depois da Primeira Guerra Mundial, em razão da Revolução Russa e da posterior ascensão do comunismo na Rússia, a Alemanha sofreu uma pressão muito grande e quase se tornou também um país comunista. Aí surgiram as doutrinações de um lado e de outro, vencendo a ideia nazista de Hitler.

Isso fez com que, depois da Guerra, os alemães procurassem o caminho do centro. Aliás, o centro hoje triunfa na Europa. Há um governo de centro, democrata-cristão, triunfando na Alemanha, que deve concorrer ao quarto mandato — coisa rara! É a segunda vez que, depois da Guerra, alguém concorre ao quarto mandato na Alemanha — refiro-me à Angela Merkel.

Houve agora uma vitória fantástica na França, de um político de centro-esquerda, mas, de qualquer jeito, está-se a caminho do centro. Houve também uma vitória no Governo espanhol. Isso quer dizer que os grandes países da Europa estão dominados por essa ideia.

A Alemanha criou um sistema de proteção contra a doutrinação, fortalecendo as instituições e fundações partidárias, colocando-as para trabalhar ao lado das escolas, mas nunca levando o partido.

Eu queria ouvir dos jovens políticos como o Estado pode se organizar, mas não para haver fundações do Estado, não para haver partidos do Estado.

Perguntei na semana passada a um administrador dos fundos partidários dos partidos alemães, que fica no Parlamento, como eles fazem para ter financiamento



público de campanha. “*Nós não queremos partidos do governo, partidos mantidos pelo Estado. O partido tem que ter doação privada de pessoas e de empresas para ter a contrapartida do Estado.*” Essa independência começa na escola e termina aqui no Congresso.

Eu quero ouvir os jovens sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Como sempre, é muito bom ouvir o nobre Deputado José Carlos Aleluia, pessoa ponderada, que tem uma vasta experiência. Isso é importante para todos nós.

Deputado Lincoln, para que não pareça aqui que estou menoscabando a pessoa do Presidente desta Comissão, aproveito o momento para convidar S.Exa. a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu agradeço ao Deputado Pastor Eurico, o nosso Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, não menoscabarás ninguém! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vi que o Deputado Pastor Eurico gostou dessa palavra. Às vezes, quando se usa outra expressão, ela finaliza o seu sentido na própria palavra, mas, quando se usa um termo como esse, acaba-se dando a ele uma extensão maior. Pretende-se demonstrar justamente a extensão do dano provocado por aquilo que pretenderam os autores. Caso eles neguem a autoria, que é o que penso que pode acontecer, se isso realmente partiu de lá, é preciso que saibam da extensão do dano de uma ação tão desastrada quanto aquela.

Há perguntas direcionadas aos expositores. Eu sugiro a eles que respondam tudo ao final. Podemos proceder assim? (*Pausa.*)

Seguindo a ordem dos inscritos, tem a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro, para questionar ou fazer suas ponderações.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Perfeito.

Parabenizo os dois Vereadores presentes, o Alexandre Aleluia e o Fernando Holiday.



A exemplo do Vereador Carlos Bolsonaro, do Rio de Janeiro, os senhores — até onde eu sei — também têm propostas de âmbito municipal semelhantes à da Escola sem Partido. Parabéns!

O Vereador Alexandre Aleluia falou aqui, de maneira inteligente, sobre a questão de Paulo Freire. Apesar de achar que seja de conhecimento da maioria dos senhores aqui presentes, faço questão de ler trecho de uma matéria do jornalista Leandro Narloch, da *Folha de S.Paulo*, sobre Paulo Freire: “*Em resumo, o que o pedagogo recomendava era muita doutrinação e pouquíssimo conteúdo. De fato, Paulo Freire tem todo o mérito em ser considerado o patrono da atual situação da educação brasileira*”.

Quero ler aqui uma passagem de um livro dele. Vou procurar o trecho aqui no celular, Sr. Presidente — peço um minuto de tolerância a V.Exa.

O livro tem menos citações a líderes comunistas, mas reproduz as mesmas teses da pedagogia do oprimido. Como é comum hoje em dia, especialmente entre professores de História, Freire não vê diferença entre doutrinação e educação. Diz com todas as letras que seu objetivo é criar um exército de revolucionários.

Palavras de Paulo Freire: “*Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias, que nos engajam no processo radical de transformação do mundo*”.

Prezado Vereador Alexandre, não nos deixa surpreso ver pessoas, como a Procuradora Deborah Duprat, dizerem que a escola é um local estratégico. Eles estão se lixando para a liberdade de cátedra ou então para o que está sendo ensinado nas salas de aula.

É por isso que, depois de 13 anos do PT, o Brasil assume uma das últimas posições na prova do PISA — Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

Além disso, Sr. Presidente, quero parabenizar o Vereador Fernando Holiday, que foi *in loco* às escolas de São Paulo checar essa questão. S.Exa. saiu do conforto do seu gabinete e foi às escolas ver de fato o que ocorre lá dentro, quais são os livros escolares, que doutrinação ideológica é passada para os alunos. Quem dera se todos os Vereadores tivessem essa vontade política!

Eu só fiquei triste com a posição do Secretário de Educação, o Sr. Schneider, que quis dar um puxão de orelha no Vereador por exercer a sua atividade de



fiscalizar as instituições municipais, e com a falta de apoio do Prefeito de São Paulo, João Doria, a quem eu rendo aqui uma crítica nesse sentido, porque deveria ter apoiado o Vereador Fernando Holiday.

Isso não me causou surpresa, porque a todo momento nós temos deparado com notícia na imprensa aproximando o PSDB de alas da esquerda: é FHC fazendo debate amigável com Jean Wyllys e Duvivier, organizado pelo *Quebrando o Tabu*; é José Serra dando abraço carinhoso em Carina Vitral. Isso tudo não me causa estranheza, porque o próprio FHC já disse que a preocupação dele para 2018 é com o Bolsonaro, e não com Lula.

Mas isso aí é matéria para outro tipo outro tipo de abordagem. Nesta Comissão, tratamos do Escola sem Partido.

Finalizo, Sr. Presidente, parabenizando o Deputado Aleluia, que mostrou conhecimento sobre a história da doutrinação ideológica utilizada pelos nazistas nos idos dos anos 20 e 30.

Quando eu visitei o Museu do Holocausto, em Israel, observei que há uma parte dedicada especificamente a esse assunto. Estou vendo se consigo recuperar, porque eu tenho quase certeza de que filmei essa parte do museu, que mostra os judeus sendo satanizados, narigudos, donos de banco, como se qualquer pobreza fosse culpa dos banqueiros judeus.

Eu acredito que aqui os debates estão mais do que exaustos, estão mais do que finalizados.

Agradeço a todos a atenção.

Bola para frente! Vamos aprovar o projeto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa., Deputado Eduardo Bolsonaro.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Pastor Eurico, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, mais uma vez, parabenizo V.Exa. pela forma isonômica como tem conduzido as audiências públicas desta Comissão. E, é claro, neste momento, eu fico feliz por não ser menoscabado por V.Exa. Eu não fui desprezado. Então, obrigado.



Eu quero aproveitar e saudar os nobres convidados, o Vereador Fernando Holiday e o Vereador Alexandre Aleluia, e parabenizá-los pelo posicionamento.

Lamento por não termos tido aqui a participação do contraditório, porque os senhores — é claro que já têm tido experiências — iriam ver que algumas pessoas, quando aqui vêm com arrogância, prepotência, demonstram exatamente aquilo que elas defendem, o que querem para as nossas crianças e adolescentes, para o alunato nas escolas. Elas não querem começar só nas universidades. Querem, realmente, já trabalhar as crianças, isto é, criar outra conscientização.

Nós não temos nada contra a discussão, na escola, de conhecimentos políticos, de conhecimentos religiosos. São conhecimentos gerais, algo que é importante. A nossa luta é exatamente para que a sala de aula não seja transformada em um palanque doutrinário e de catequização dos alunos para o partido A ou B. A nossa luta é para que se respeitem os alunos e para que o professor esteja ali levando conhecimento e não doutrinação pessoal e ideológica de qualquer partido.

Parabéns pelo trabalho! Que os senhores continuem fazendo isso lá, porque aqui nós estamos fazendo a nossa parte. É exatamente isso. Juntando cada um a sua colaboração, nós vamos enfrentando esses monstros que têm se levantado, buscando destruir aquilo que nós defendemos, que é o bem comum de toda a sociedade.

Muito obrigado pela participação, sentimo-nos honrados com presença dos senhores aqui hoje. Com certeza, esperamos que, em outras oportunidades, estejamos juntos. Esperamos que o nosso amigo Deputado Eduardo Bolsonaro consiga alguém na audiência pública em São Paulo que possa representar esse contraditório, que é a dignidade que nós defendemos da humanidade na classe estudantil.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Sr. Presidente, quero falar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço ao eminente Deputado Pastor Eurico.

O Deputado Áttila Lira solicita a palavra neste momento. S.Exa. tem a palavra para a sua manifestação.



O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Sr. Presidente, eu achei importante, aliás, eu tenho achado importante esse debate sobre o Escola sem Partido, porque ele puxa uma temática que tradicionalmente não se vê.

Nós temos uma realidade muito voltada para a esquerda, não tenham dúvida. Os sistemas de ensino quase todos são manipulados pelos sindicatos. Os secretários, também de maneira geral, para se acomodarem na função, adotam a posição do politicamente correto.

Por isso, acho muito válido este debate, a iniciativa desses dois Vereadores, porque, normalmente, os políticos hoje se acomodam. É muito mais confortável ficar com esses posicionamentos de esquerda, como se fossem válidos, sem contraditório. Fiquei até surpreso em saber que há esse debate nas Câmaras de Vereadores e há Vereadores preocupados com essa questão. Esse negócio de escola é tão sério — já fui secretário estadual de educação três vezes —, que hoje, quando se quer imprimir princípios de gestão em um programa para melhorar a eficiência da escola, acaba ocorrendo uma discussão política, como se o princípio da eficiência fosse um princípio capitalista. É desse jeito.

Então, acho válido esse debate. Vamos concluir esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Átila Lira, agradeço a V.Exa. as ponderações. É justamente esse o papel desta Comissão.

O Deputado Pastor Eurico fez diversas intervenções para expressar a palavra “menoscabar”. Então, apenas para que o Plenário tenha conhecimento do que se trata, a palavra “menoscabar” é cheia de sinônimo e significa humilhar, aviltar, depreciar, desdenhar, desprezar, rebaixar. Ela também se aplica a rejeitar, desprestigiar, zombar, ultrajar, afrontar, apoucar, cachimbar, rir, desconsiderar, postergar, queimar, cercear, desacatar, desafamar, descasar, desengrandecer, desvaliar, desvalorizar, relegar, tripudiar, vilipendiar, minimizar, e assim por diante. São alguns dos sinônimos dessa pequena palavra.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - É meio chinesa, não é? Com um tracinho, os chineses dizem tantas coisas! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Mas “menoscabar” não é uma palavra bonita?



O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - É bonita. Eu gostei e aprendi mais uma. Vivendo e aprendendo. Estou humildemente dizendo que nunca havia escutado essa palavra. Estou sendo humilde, puxa vida! E estou parabenizando V.Exa. por trazê-la ao Plenário desta Casa. Estou no segundo mandato e nunca tinha ouvido essa palavra aqui. Parabéns pela inovação: “menoscabada”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Tomara que não tenhamos que utilizá-la novamente para definir esse tipo de comportamento que — aí, sim — deprecia o processo legislativo.

Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Parlamentares inscritos para fazer uso da palavra, passarei a palavra novamente aos convidados, para suas ponderações finais e respostas aos Parlamentares que os questionaram.

Concedo a palavra ao Vereador Alexandre Aleluia, que contribui com os trabalhos desta Comissão Especial, para as considerações e respostas.

O SR. ALEXANDRE ALELUIA - Inicialmente eu quero elogiar o Presidente Marcos Rogério, porque, assim como eu, ele preza pela linguagem saudável.

V.Exa. escolhe bem as palavras, não é, Sr. Presidente? Escolhe com muita acurácia. Eu sou desse tipo, eu gosto de escolher bem o que digo, não gosto de termos abstratos. A Esquerda gosta muito disso, de chavão, etc.

O Deputado Lincoln Portela disse que essa epidemia estaria sendo contida. Sim, eu disse mais cedo que a Esquerda trata todo mundo como uma folha em branco, como se pudesse construir um ser humano a partir do zero. Só que, felizmente, eles esbarraram em uma coisa chamada ser humano. Acho que não há nada melhor para descrever o livre arbítrio do que o pecado original. É exatamente isso. No final das contas, mesmo com toda essa máquina partidária em cima do Vereador Fernando, ele pôde escolher entre o bem e mal, ele pôde escolher em seguir outro rumo.

Eles esbarram e vão sempre esbarrar no ser humano. Não tem jeito, ainda há salvação. Eles podem dominar tudo, podem dominar todos os pontos estratégicos. Mas a liberdade, mesmo que seja pequena, pode crescer muito e nunca vai ser aniquilada.



O Deputado José Carlos Aleluia — é um prazer ser filho dele — falou aqui como essa doutrinação foi trabalhada na Alemanha, na década de 30. Vou levantar um ponto crucial nessa doutrinação. Há uma obra muito importante, que se chama *Hitler e os Alemães*, de Eric Voegelin, que descreve bem como aconteceu essa contaminação secular na Alemanha. É importante nós sabermos isso, até para vermos o grau de importância do Escola sem Partido.

Voegelin mostra que a sociedade alemã se tornou suscetível a toda a máquina hitlerista na época porque existia uma secularização forçada. Antes disso, a religião cristã na Alemanha foi realmente deteriorada. E, a partir daí, foi muito fácil o nazismo aflorar. Por isso, é tão importante defendermos o nosso cristianismo, defendermos as nossas crenças nas escolas. O professor não tem direito — esse direito não é conferido por nenhum Estado — de atacar a religião da criança.

O Deputado Bolsonaro falou sobre Paulo Freire, de quem eu falei rapidamente aqui. Paulo Freire é tido como um mito, como um intocável. Quando nós falamos desse nome, realmente todo mundo grita, há uma gritaria. Ninguém nem pode sonhar em falar mal dele. Mas eu falo muito abertamente que ele era um embusteiro e que o seu método de alfabetização é ineficaz.

Cito um professor, já falecido, que, se não me engano, se chamava Pierluigi. Ele mostrou muito bem que essa inversão de aprendizado, de se incutirem ideias revolucionárias na criança antes mesmo de ela aprender os códigos linguísticos, é totalmente falha. Isso é fato.

Mas acho que há muito mais do que isso. Há coisas muito piores, como apresentar de maneira tão precoce essas ideias revolucionárias para a criança.

Além disso, há um ponto de Paulo Freire que é muito importante: essa ideia da rebeldia com todo mundo, como, por exemplo, com o professor. Paulo Freire chegou a cogitar até a rebeldia entre o professor e o diretor de escola. Há uma rebeldia, há uma aversão total à autoridade.

Mas isso não foi da cabeça de Paulo Freire. Há um livro, do qual volto a falar, que se chama *História Concisa da Revolução Russa*, de Richard Pipes, que faz a descrição exata disso. Ele coloca o trecho de um diário de uma aluna da década de 20, logo após a Revolução, que descreve como era a sala de aula. Acontecia isso. Ela descreve exatamente essa rebeldia frente ao professor.



Questionar a autoridade virou algo de praxe na União Soviética, naquela época. E Paulo Freire não inventou a roda, não. Ele só fez repetir.

Nós temos que lutar, sim, contra isso, que não funciona como educação, como alfabetização. Já está provado. São *rankings* e *rankings*, notas e notas. Está provado. Considero muito pertinente a observação do Deputado Eduardo Bolsonaro.

Por fim, o Deputado Átila Lira falou sobre o politicamente correto. Infelizmente, há muito Parlamentar que tem medo de defender. Há muita gente que me fala, no privado, na Câmara, que foi muito bom, mas não se levanta para falar sobre o projeto, porque tem medo da militância, que é muito forte realmente. No dia da sessão especial da Câmara de Vereadores de Salvador, fui hostilizado por mais de 50 professores militantes. Fui xingado da Câmara de Vereadores até o meu gabinete, o vídeo viralizou em todos os *blogs* e acabou sendo para falar sobre o projeto, mas não ligo para isso. Vou continuar defendendo o que eu penso, vou continuar defendendo minhas ideias. Realmente, tudo é motivo de discussão.

Esta semana apresentei um projeto de indicação que parece óbvio. Quero que haja uma gratificação para os professores da escola que atinge uma nota alta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB , o que até sugiro ao Vereador Fernando. Por que ser contra? *“Ah, porque é meritocracia, não pode!”* É tudo por isso, porque não pode. Eles criam uma celeuma muito grande em coisas tão simples, o que é até bom.

Tenho certeza de que realmente um professor verdadeiramente engajado em ensinar não vai ser contra isso. Mas sabemos que a máquina partidária e os sindicatos são muito fortes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece ao Vereador Alexandre Aleluia as ponderações e as contribuições.

Passo a palavra, neste momento, ao Vereador Fernando Holiday, para suas considerações finais e para responder a eventuais questionamentos dos Parlamentares.

O SR. FERNANDO HOLIDAY - Obrigado, Sr. Presidente. Antes que V.Exa. encerre, gostaria de mais uma vez agradecer o convite. Acho que debates como este são importantíssimos para que possamos avançar cada vez mais nessa questão, por mais que, infelizmente, o outro lado, na maioria das vezes, não queira



participar por medo ou mesmo por covardia. Eles sabem que estão errados e, na verdade, muitas vezes, estão cometendo verdadeiros crimes dentro da sala de aula.

Gostaria também de agradecer aos Deputados Pastor Eurico, Átila Lira, Eduardo Bolsonaro e outros que passaram por esta Comissão.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Você já foi à USP alguma vez?

O SR. FERNANDO HOLIDAY - Fui uma vez e quase morri. (*Risos.*)

Farei uma consideração geral sobre o que disseram os Deputados. Acredito que o fato de o projeto Escola sem Partido — com essa resposta pretendo englobar todos os outros questionamentos —, por si só, já é um avanço. Há poucos anos, quando ainda estava na escola, sequer se discutia algo próximo disso, apesar de o nosso amigo Miguel Nagib já está há algum tempo nessa luta, o crescente avanço desse debate é coisa de pouquíssimos anos atrás. Isso já demonstra uma fraqueza, uma abertura nessa hegemonia, para que consigamos lutar cada vez mais contra isso.

É interessante notar — isso deve ser enfatizado — que um dos motivos que levou à criação e ao debate do projeto Escola sem Partido foi justamente a garantia da liberdade de expressão e da liberdade de consciência dos alunos em sala de aula e a liberdade dos pais de criarem e conduzirem seus filhos pelo caminho que desejarem. Ou seja, é um projeto que garante a liberdade de direitos básicos, direitos reconhecidos até pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos. É um projeto que tem o intuito de defender aqueles mais frágeis que dependem de atenção cativa de seus professores.

Mesmo assim, o sindicato e esses partidos contrários conseguiram a proeza de transformar o Escola sem Partido em um projeto de censura, de mordada, de caça às bruxas, o que também acaba sendo um exemplo do poder da máquina que eles construíram ao longo desse tempo. Essa máquina, muitas vezes, é sustentada por esses alunos que eles acabam enganando durante suas aulas ou então coagindo e cooptando, quando, na verdade, deveriam estar ensinando. Acho que isso está mais do que claro.

No dia 15 de maio, Deputado Eduardo Bolsonaro, estarei lá. Não sei se a galera de esquerda estará lá para debater, mas eu faço questão de estar. No dia 22 de maio — deixo aqui o convite —, estarei na Câmara Municipal fazendo um debate



sobre o Escola sem Partido. E, mais uma vez, parece-me que a esquerda não quer comparecer. Mas, de toda forma, o debate está se espalhando, o projeto está cada vez mais conhecido, apesar de alguns embaraços.

E aí eu queria entrar na fala do Deputado Eduardo Bolsonaro, que falou sobre o Secretário de Educação da Cidade de São Paulo, que se posicionou contrariamente às minhas visitas às escolas municipais, sem, na verdade, saber o que tinha acontecido. O Secretário, de maneira desinformada e agindo até de forma incompetente — algo que não é compatível com quem é responsável pela educação da maior cidade do País —, pautou-se por aquilo que disseram os sindicatos, pautou-se justamente por aquilo que disseram os partidos de esquerda que são contrários ao Escola sem Partido e que, obviamente, posicionaram-se contrários à minha visita.

Muito me espantou e ainda me espanta que um secretário do Prefeito João Dória tenha esse tipo de posicionamento. A meu ver, é óbvio que, dessa forma, a gestão Dória se manchou. É uma mancha que talvez não seja desfeita tão facilmente. É decepcionante que um Prefeito que se propõe a levar um exemplo de nova gestão e de nova política para o Brasil tenha entre os seus quadros um Secretário como o Sr. Alexandre Schneider.

Encerro a minha fala dizendo que, com esses debates e com o projeto Escola sem Partido, a cada dia mais, teremos a oportunidade, Deputado Marcos Rogério, de menoscabar a doutrinação em sala de aula.

Muito obrigado.(*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - A atitude do Schneider é a típica atitude do politicamente correto. Ele não deve ser uma pessoa de esquerda, mas é o tipo do cidadão que quer estar bem justamente com aquelas lideranças sindicais que ninguém quer enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Eduardo Bolsonaro, V.Exa. havia solicitado a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, quero só para complementar o Vereador Fernando Holiday pela fala. Ainda que eles não estejam lá, vão nos assistir através da Live, porque ficam de olho em cada passo que damos. Podem ter certeza disso.



Sr. Presidente, quando comecei o meu mandato aqui, eu ficava triste porque, ao andar com o meu pai, o Deputado Jair Bolsonaro, na rua, as pessoas reconheciam apenas ele e só o chamavam de golpista. Hoje em dia, fico feliz porque, em determinados lugares aonde vou, em outras cidades, há claques contrárias a mim também.

Aproveito o espaço para agradecer ao pessoal da esquerda que está divulgando não só o meu trabalho, mas também o do Vereador Alexandre Aleluia.

Impressionante seria, Vereador Alexandre Aleluia, se essas pessoas estivessem elogiando V.Exa. Aí, sim, alguma coisa estaria errada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa. Deputado Eduardo Bolsonaro.

Mais uma vez, registro meus agradecimentos aos Vereadores Fernando Holiday e Alexandre Aleluia pelas contribuições a esta Comissão Especial.

Penso que esta Comissão está dando oportunidade ao Parlamento Federal e ao Brasil de conhecer vários Vereadores. Pelo menos três passaram por aqui, e tivemos oportunidade de conhecer quadros de qualidade do Parlamento Municipal. Eu vim do Parlamento Municipal, fui Vereador antes de ser Deputado Federal. A verdadeira escola da política, para mim, é o Parlamento Municipal.

Com todo respeito àqueles que se aventuram a vir direto para o Parlamento Federal, as Câmaras Municipais são verdadeiras escolas. Aqueles que têm oportunidade de passar por lá e que se dedicaram a um mandato de qualidade conseguem se destacar, notabilizar-se por sua postura, por sua correção, por sua coerência, por sua preparação técnica, engajamento, coragem. Posso dar o testemunho aqui de que vi isso na manifestação do Vereador Alexandre Aleluia que é técnico, preparado, corajoso e que expõe aquilo que pensa. Holiday, da mesma forma, traz grandes contribuições a este Parlamento não só com suas falas, mas, sobretudo com a qualidade da representação que tem no Parlamento de São Paulo e no Parlamento da Bahia.

Muito obrigado a V.Exas. pela presença nesta Casa. Se não toda a população — porque há aqueles que se alinham também com um pensamento diferente daqueles que V.Exas. expõe aqui —, penso que aqueles que têm um pensamento na linha do que V.Exas. expõem se sentem bem representados e orgulhosos.



O Deputado Lincoln Portela quer falar. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, é extremamente urgente que os Parlamentares da Comissão da Reforma Política que estão aqui saiam para votar lá. Inclusive, V.Exa. é de lá e está sendo convocado. Não sei se mais alguém o é. Estão votando um texto altamente escabroso e preconceituoso. Já dei a minha palavra lá. Então, vá por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu agradeço a V.Exa. Farei isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Só gostaria humildemente de fazer uma consideração. Num momento tão importante, eu me senti menoscabado agora, porque não fui Vereador, fui eleito direto para Deputado Federal. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. passou por outra escola, que também credencia bons representantes. Agradeço a V.Exa.

Vou pedir ao Deputado Eduardo Bolsonaro que faça o encerramento. Não há mais nenhuma manifestação por parte dos Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo desde já a todas as senhoras e a todos os senhores a presença.

Muito obrigado a todos.